

Transição Agroecológica em Assentamentos Rurais: O processo inicial no Assentamento Chico Mendes III/PE-Brasil

Processes of Transition Agroecological in Rural Settlements: The case of the Settlement Chico Mendes III / PE-Brazil.

NUNES DA SILVA, José (UFRPE/ E-mail: zenunes13@yahoo.com.br), MATTOS, Jorge Schirmer (UFRPE/E-mail: js-mattos@uol.com.br), DINIZ, Paulo César Oliveira (UFRPE/E-mail: p.diniz@uol.com.br), VASCONCELOS, Gilvânia Oliveira Silva de. (UFRPE/E-mail: zoogil@hotmail.com).

Resumo

Os processos de transição agroecológica constituem-se em desafios para a sustentabilidade das regiões rurais. Tais processos, ao invés de enfatizar somente os aspectos produtivos, devem abranger diferentes dimensões (histórica, social, econômica, ecológica, educativa, cultural, política e ética), buscando dar conta da complexidade que envolve os agroecossistemas. Os assentamentos rurais, pela diversidade de situações vivenciadas, tornam-se *locus* importante para compreensão dos processos de transição, numa tentativa de construção de outro conhecimento, pautado na troca de saberes entre os diferentes atores sociais (agricultores, ONGs, Universidades, outros). A zona da mata pernambucana, como resultado das lutas de diferentes movimentos sociais, tem concentrado um número considerado de assentamentos rurais, dentre eles o Assentamento Chico Mendes III. Neste contexto, usamos métodos de pesquisa participante com o objetivo de sistematizar e analisar o processo de transição Agroecológica em Chico Mendes III, compreendendo que o mesmo se insere numa região na qual predomina o agronegócio açucareiro, que requer maiores esforços para desconstrução de um modelo produtivo e de relações sociais, que marcam o campo e as trajetórias de vida dos trabalhadores “assentados”.

Palavras-chave: Agroecologia, pesquisa participante, reforma agrária.

Contexto

A zona da mata pernambucana configura-se, historicamente, como um espaço no qual predomina a monocultura da cana de açúcar, que delineia a organização social e produtiva da região.

Esta realidade favoreceu ao longo das últimas décadas a organização de diferentes lutas de trabalhadores rurais pela terra e posteriormente, por condições dignas de vida na terra conquistada. A massa de trabalhadores que luta por terra nessa região são os explorados e excluídos de tal modelo monocultor e que nos assentamentos rurais se esforçam para reconstruírem suas vidas e práticas cotidianas (SIGAUD e L'ETOILE, 2006).

Essa reconstrução de modos de vida se dá no enfrentamento com o capital agroindustrial, que, em muitos casos, não passa de explorador dessa força de trabalho dos agricultores, que através de uma prática agrícola convencional, formata hábitos, saberes e fazeres.

No nordeste brasileiro os assentamentos rurais, guardam a particularidade de muitos deles serem criados dentro de engenhos falidos ou ociosos e improdutivos, nos quais os trabalhadores da cana buscam redefinir seus projetos de vida.

Localizado no município de São Lourenço, entre a Região Metropolitana do Recife e a Zona da Mata Norte de Pernambuco, o Engenho São João foi ocupado pela primeira vez em 2004. O Engenho faz parte do complexo da Usina Tiúma, falida e improdutiva há mais de 20 anos. Mas com a revalorização da cana de açúcar para produção de etanol, o Grupo Votarantim, “proprietário” da Usina, voltou a ter interesse na área. O Grupo entrou, então, com recurso de reintegração de posse

e se recusava a receber as notificações do INCRA, impedindo a vistoria da área.

Em julho de 2005, as 500 famílias que viviam no Acampamento há cerca de um ano e meio, sofreram um violento despejo que destruiu todas as casas e lavouras. O acampamento foi cercado por policiais do Batalhão de Choque da Polícia Militar de Pernambuco. A imprensa, parlamentares e representantes de entidades de direitos humanos foram impedidos de entrar na área.

Apesar do trauma causado pela violência do despejo, em menos de um ano as famílias já estavam prontas para retornar à terra onde haviam morado e plantado. A área do Engenho São João foi (re)ocupada durante a Jornada Nacional de Luta pela Reforma Agrária, em abril de 2006. Em agosto do mesmo ano uma nova liminar de reintegração de posse ameaçou as famílias de Chico Mendes de mais um despejo. O acampamento foi novamente cercado por mais de 500 policiais da tropa de choque, mas a resistência das famílias, que se recusaram a sair de suas casas, e negociações entre os governos estadual e federal evitaram o despejo.

Desde então as famílias viveram a insegurança de uma nova reintegração de posse. Grupos de direitos humanos lançaram uma campanha para pressionar o Grupo Votorantim a negociar a área com o INCRA, mas a recusa da transnacional em negociar mantinha a ameaça constante de despejo. Porém, depois de cinco anos de muita luta e resistência, em 14 de outubro de 2007 o Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA emitiu a posse da área do antigo Engenho São João, onde se localizava o Acampamento Chico Mendes, um símbolo da luta pela terra no estado de Pernambuco. Com a emissão de posse, 55 das 300 famílias acampadas, foram, finalmente, assentadas.

Acima descrevemos de forma sucinta a realidade e a trajetória de homens e mulheres com os quais nos encontramos no Chico Mendes, em mais uma tentativa de aproximação das ações da UFRPE com esse universo complexo e instigante dos assentamentos rurais.

No primeiro momento, interessou-nos compreender melhor a história desses trabalhadores, sua lutas e organização, tanto produtiva, quanto social e política, nesse contexto imbricado por tramas *novas* e *antigas*, que delineiam estratégias de sobrevivência e reprodução.

A partir das orientações e práticas do MST, o assentamento encontra-se organizado em cinco núcleos de famílias, que têm em média 11 famílias cada um. Na estrutura organizacional destaca-se, ainda, o conselho fiscal e os núcleos temáticos. Estes núcleos temáticos têm por função a articulação do debate sobre temas como Educação, Cultura, Formação Política, Gênero, Produção e Saúde.

A organização produtiva das (dos) assentadas (os) combina sistemas que envolvem um conjunto de culturas como a macaxeira (*Manihot esculenta* sp.), o feijão e o milho, principalmente. Essa produção se dá num enfrentamento constante com o agronegócio da cana, que continua se expandido, nas áreas fronteiriças com o assentamento.

Embora não declarem o uso de práticas menos impactantes ao meio ambiente, os depoimentos revelam como diretriz do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o incentivo a uma produção mais saudável de alimentos, que vem ao encontro dos objetivos do projeto de pesquisa em execução pela Universidade no Assentamento Chico Mendes. Partindo desse encontro o presente relato de experiências tem por objetivo descrever as dificuldades encontradas pelas (os) assentadas (os) na ocupação do assentamento, bem como, os sucessos e insucessos na implantação de uma agricultura de base ecológica.

Descrição da Experiência

Trabalhar a proposta de transição agroecológica, requer que rediscutamos os métodos de pesquisa que fundamentam o conhecimento científico hegemônico, que tem historicamente subsidiado tecnologicamente o modelo monocultor. Tais métodos de pesquisa fundamentam-se numa perspectiva intervencionista e difusionista, elaborada de *fora para dentro* dos agroecossistemas, desconsiderando, por vezes os saberes e práticas acumulados pelos agricultores e agricultoras, ao longo de diferentes gerações. Assim, optamos por uma proposta participante de pesquisa, na qual as(os)agricultoras(es) sejam consideradas(os) como sujeitos centrais na definição dos problemas a serem pesquisados, bem como intervenham diretamente em todas as estratégias que visem solucionar as situações problemas, que se apresentam no local (HAGUETTE, 1997; CANUTO, 2005).

Com base nessa concepção de pesquisa realizamos, inicialmente, a reconstrução de trajetória de vida e de luta das/os assentadas (os) para num segundo momento levantarmos informações sobre as diferentes formas de cultivar a terra, que resultou na identificação de diferentes arranjos de *roçados* (sistemas de produção).

Coube então lançar mão de técnicas de pesquisa como os mapas comunitários e dos *roçados*, que elaborados e apresentados por cada família, serviram como ponto de partida para a compreensão desses espaços produtivos. Utilizamos, ainda, o diálogo coletivo, como instrumento de resgate da memória do grupo, e as caminhadas orientadas por cortes transversais que possibilitaram ter uma noção mais clara da organização espacial do assentamento (disposição das moradias e quintais, fontes d'água, vias de acessos, regiões limítrofes, entre outros).

Todas as informações foram sistematizadas para subsidiarem o processo de tomada de decisão, que prevê a implantação de um *roçado de estudo* (unidade experimental agroecológica), no qual possamos experimentar diferentes sistemas e práticas de cultivo que possam ser incorporadas às unidades familiares de produção do assentamento. Para fortalecer tal processo de tomada de decisão concomitantemente vem se realizando intercâmbios com agricultoras(es) agroecológicas, para uma melhor compreensão das diferentes alternativas de cultivos de base ecológica que vêm se consolidando em outros sítios da região.

Resultados

Ainda em pequena escala as (os) assentadas (os) declararam que estão experimentando práticas como a cobertura morta com casca de feijão, a calda de fumo e o esterco bovino, na perspectiva de construção dessa *outra agricultura*. Essas inovações não impedem que um conjunto de problemas técnicos venha ocorrendo na área. Dentre eles destaca-se o apodrecimento da raiz da macaxeira, murchamento e amarelecimento das folhas e vagens do feijoeiro e ataque da lagarta do cartucho na cultura do milho. Nos depoimentos é possível observar que as(os) trabalhadoras (es) associam os sintomas evidenciados na cultura da macaxeira (*Manihot Esculenta sp*) e feijão à pulverização aérea de agroquímicos realizada pela Usina Tiúma, nos canais vizinhos ao assentamento. Tais problemas, segundo as (os) assentadas (os) refletem a queda da produção nas últimas colheitas.

Apesar desses problemas, resgata-se que no lugar onde pastavam dezesseis búfalos, com uma herança de mais de 50 anos de cultivo extensivo da monocultura da cana de açúcar, atualmente 55 famílias produzem e se reproduzem, iniciando um novo momento de suas trajetórias de vida.

Nas relações estabelecidas com os mercados locais, os assentados ofertam, sobretudo, culturas de ciclos curtos como a macaxeira, milho e feijão, em espaços públicos e feiras, dos municípios de São Lourenço da Mata, Tiúma e Camaragibe. Como projeto para a produção no futuro apresenta-se a diversificação de culturas, com a introdução do inhame, hortaliças, fruteiras dentre outras.

Destaca também o interesse em implantar o beneficiamento de frutas locais, casa de farinha, para o beneficiamento da macaxeira, e projetos com bovinos e aves, de forma coletiva. Nesse contexto os animais e as culturas de ciclo curto apresentam-se como pequenas reservas como afirmou uma assentada: “*As culturas de ciclos curtos é um cofrinho ou ainda, o boi é nossa poupança, nosso décimo terceiro*”.

Essa construção do sonho se dá num universo que articula diferentes símbolos e relações, na ousadia da experimentação do novo.

Num espaço que se (re)define cotidianamente, um simples tocar de uma sineta deflagra processos de articulação, avisando as (aos) demais que é hora da reunião, da conversa, da “prosa”, de discutir problemas comuns, da feira, entre outros. Esse aprendizado coletivo, forma e contribui para (re)construção de memórias, fazendo emergir lideranças, no caso específico de Chico Mendes, a maioria de mulheres.

A velocidade com que as (os) assentadas (os) vão aderindo aos projetos e mobilizações parece guardar particularidades, referentes às relações que estabelecem com os tempos do/no assentamento. Nessa realidade as (os) trabalhadoras (es) demonstram terem bem definido o tempo para o roçado, o tempo para outros trabalhos, o tempo para a casa, o tempo para a reunião e o tempo para outras atividades.

Nessa encruzilhada histórica, em que muitos dos projetos de vida encontram-se em aberto, transparece em alguns depoimentos uma certa ansiedade, sobre as expectativas de oportunidades, pautadas em “*Quem vai nos ajudar?, O que pode vir pra gente?*” Estes questionamentos refletem uma insegurança diante dos processos, muitos dos quais complexos e pouco conhecidos desses atores sociais.

Como principais dificuldades apontam o acesso a bens e serviços, como a falta de uma escola mais estruturada, energia elétrica e água encanada. Tais demandas provavelmente aparecerão no Plano de Desenvolvimento de Área – PDA, do assentamento, em fase de elaboração.

Indiscutivelmente, o estágio atual de organização do Assentamento Chico Mendes, reflete a possibilidade dessas mulheres e desses homens (re)começarem a construção de outros modos de vida, nos quais é notório um reforço da identidade Sem Terra, que se explicita, inclusive, na representação política dos mesmos.

Num contexto onde a violência física e simbólica do latifúndio e patronato se expressa por longas décadas, os antigos moradores expulsos e trabalhadores braçais dos engenhos, que marcam a paisagem da região, (re)desenham os campos, de águas fartas e rasas, onde ainda se encontram jacarés, capivaras, galinhas d'água, entre outras espécies, num (re)pensar de suas práticas, num (re)fazer de suas vidas. Essa ousadia do novo pode significar um passo potencializador na construção da transição agroecológica.

Referências

HAGUETTE, T.M.F. *Metodologias qualitativas na Sociologia*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

SIGAUD, L.; L'ETOILE, B. *Ocupações de terra e transformações sociais*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CANUTO, J.C. *Metodologia da pesquisa participativa em agroecologia*. Seminário Estadual de Agroecologia do Maranhão/ São Luiz – MA. 2005.